



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2025

ENERGISA PARAÍBA –
DISTRIBUIDORA DE
ENERGIA S.A.

CNPJ nº 09.095.183/0001-40

RESULTADOS 2025

João Pessoa, 12 de março de 2026 – A Administração da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Paraíba”, “EPB” ou “Companhia”) apresenta resultados do quarto trimestre (4T25) e do exercício de 2025. As informações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia atende:



1,9 milhão
clientes cativos



737
clientes livres



4,2 milhões
habitantes



56.467
Km²



2.870
Colaboradores⁽¹⁾



223
Municípios

⁽¹⁾ Não considera os colaboradores das empresas prestadoras de serviço ligadas à construção.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1 Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Indicadores Financeiros – R\$ milhões						
Receita operacional líquida	954,2	948,1	+ 0,6	3.644,0	3.415,0	+ 6,7
Receita operacional líquida ajustada ⁽¹⁾	862,3	791,8	+ 8,9	3.206,4	2.890,5	+ 10,9
Margem bruta ajustada ⁽²⁾	357,0	287,9	+ 24,0	1.278,9	1.165,5	+ 9,7
EBITDA ajustado recorrente ⁽³⁾	238,8	205,1	+ 16,4	816,3	767,4	+ 6,4
Resultado financeiro	(39,7)	(22,6)	+ 75,9	(128,1)	(79,9)	+ 60,4
Lucro líquido ajustado recorrente ⁽⁴⁾	184,4	113,3	+ 62,7	492,3	460,3	+ 7,0
Indicadores Operacionais Consolidados						
Número de consumidores cativos (mil)	1.923,6	1.865,7	+ 3,1	1.923,6	1.865,7	+ 3,1
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) ⁽⁵⁾	1.298,9	1.249,2	+ 4,0	4.950,2	4.822,0	+ 2,7
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - (GWh) ⁽⁵⁾	1.657,3	1.578,3	+ 5,0	6.340,7	6.077,0	+ 4,3
Indicador Relativo						
EBITDA ajustado recorrente / Receita líquida ajustada (%)	27,7	22,3	+ 7,1 p.p.	25,5	25,6	- 1,0 p.p.
Indicadores financeiros – R\$ milhões						
	31/12/2025	31/12/2024				Var. %
Ativo total	5.299,9	4.475,1	+ 18,4			
Caixa/equivalentes de caixa/aplicações financeiras	797,6	440,6	+ 81,0			
Patrimônio líquido	1.760,4	1.668,5	+ 5,5			
Endividamento líquido	1.772,8	1.444,3	+ 22,7			

(1) Receita líquida ajustada: expurgando os efeitos do VNR e da receita de construção da infraestrutura. (2) Margem bruta ajustada expurgando os efeitos do VNR e da receita de construção da infraestrutura. (3) EBITDA ajustado recorrente: EBITDA expurgando o efeito do VNR. (4) Lucro líquido ajustado recorrente: Lucro líquido expurgando o efeito do VNR. (5) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

3. RECEITA OPERACIONAL

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita líquida por classe de consumo	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Valores em R\$ milhões						
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	997,8	883,4	+ 12,9	3.520,2	3.341,0	+ 5,4
(+) Suprimento de energia elétrica	27,0	34,2	- 21,1	162,2	101,0	+ 60,5
(+) Fornecimento não faturado líquido	19,5	27,4	- 29,0	14,1	17,7	- 20,3
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	91,8	61,2	+ 49,9	293,7	223,8	+ 31,2
(+) Receita de construção de infraestrutura	81,0	132,2	- 38,7	354,4	446,9	- 20,7
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	20,8	22,7	- 8,2	283,5	186,6	+ 52,0
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	131,5	88,7	+ 48,3	412,6	302,0	+ 36,6
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	11,0	24,0	- 54,4	83,2	77,6	+ 7,2
(+) Outras receitas	6,4	6,9	- 6,8	23,1	26,4	- 12,5
(=) Receita bruta	1.386,7	1.280,8	+ 8,3	5.147,1	4.723,2	+ 9,0
(-) Impostos sobre vendas	(324,3)	(273,9)	+ 18,4	(1.141,3)	(1.027,9)	+ 11,0
(-) Encargos setoriais	(108,2)	(58,8)	+ 84,1	(361,8)	(280,3)	+ 29,1
(=) Receita líquida combinada	954,2	948,1	+ 0,6	3.644,0	3.415,0	+ 6,7
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(11,0)	(24,0)	- 54,4	(83,2)	(77,6)	+ 7,3
(-) Receita de construção de infraestrutura	(81,0)	(132,2)	- 38,7	(354,4)	(446,9)	- 20,7
(=) Receita operacional líquida ajustada	862,3	791,8	+ 8,9	3.206,4	2.890,5	+ 10,9
(-) Custos e despesas não controláveis	(505,2)	(504,0)	+ 0,3	(1.927,5)	(1.725,0)	+ 11,7
(-) Energia elétrica comprada para revenda	(400,1)	(434,0)	- 7,8	(1.522,2)	(1.427,0)	+ 6,7
(-) Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(105,2)	(69,9)	+ 50,4	(405,3)	(298,0)	+ 36,0
(=) Margem bruta ajustada	357,0	287,9	+ 24,0	1.278,9	1.165,5	+ 9,7
(+) Provisão de efeitos de geração distribuída	-	28,5	-	-	28,5	-
(=) Margem bruta ajustada e recorrente	357,0	316,4	+ 12,8	1.278,9	1.194,0	+ 7,1

3.1 Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo) somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD) totalizaram 1.657 GWh, apresentando crescimento de 5,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. A alta acima da média foi puxada pelo aumento de consumidores, alinhada à expansão imobiliária, aumento da renda e calendário de faturamento maior em 2 dos 3 meses. No tocante aos tipos de mercado, vale destacar o aumento de consumo dos clientes livres (+8,9%), impulsionada por migrações e expansões, sobretudo em clientes industriais e comerciais. No mercado cativo, os clientes que possuem mini e micro geração distribuída tipo I e II também se destacaram, com alta significativa de consumo devido a novos entrantes e os fatores já mencionados - descontando o efeito da compensada dos clientes GD tipo II e III, o mercado teria cresceria 3,1%. O mercado da distribuidora teve aumento de consumo na maioria das classes de consumo, em especial na residencial (+9,0%), que direcionou 74% da alta devido a expansão de consumidores, com expansão imobiliária, e melhora da renda ante trimestre passado. Vale destacar que o resultado do residencial no 4T24 já tinha sido expressivo (+9,4%). A comercial foi a segunda principal contribuição no trimestre (+5,4%), favorecida pela expansão no consumo de grandes varejistas ligadas a distribuição de alimentos e hotéis. Por sua vez, a classe industrial, em especial registrou queda de 2,5%, impactado principalmente por minerais não metálicos e têxtil. No acumulado de 2025, o mercado avançou 4,3%, com as classes residencial e comercial direcionando. A empresa teve a maior alta entre as 9 distribuidoras, diante de fatores semelhantes aos destacados no resultados do trimestre.

A composição do mercado no trimestre foi a seguinte:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Valores em GWh						
Residencial	801,6	735,2	+ 9,0	3.063,2	2.855,8	+ 7,3
Comercial	187,7	191,4	- 1,9	729,8	778,7	- 6,3
Industrial	27,4	32,5	- 15,7	110,6	147,2	- 24,9
Rural	98,7	104,5	- 5,6	321,8	321,6	+ 0,1
Outros	183,5	185,7	- 1,2	724,8	718,6	+ 0,9
1 Mercado Cativo	1.298,9	1.249,2	+ 4,0	4.950,2	4.822,0	+ 2,7
Residencial	-	-	-	-	-	-
Comercial	111,0	92,0	+ 20,6	413,6	324,6	+ 27,4
Industrial	192,1	192,5	- 0,2	785,5	761,5	+ 3,2
Rural	1,4	0,9	+ 51,4	5,0	3,2	+ 55,9
Outros	53,9	43,6	+ 23,8	186,4	165,7	+ 12,5
2 Mercado (TUSD)	358,4	329,1	+ 8,9	1.390,5	1.255,0	+ 10,8
Residencial	801,6	735,2	+ 9,0	3.063,2	2.855,8	+ 7,3
Comercial	298,7	283,5	+ 5,4	1.143,3	1.103,3	+ 3,6
Industrial	219,5	225,0	- 2,5	896,1	908,7	- 1,4
Rural	100,1	105,4	- 5,1	326,9	324,8	+ 0,6
Outros	237,5	229,3	+ 3,6	911,2	884,4	+ 3,0
3 Mercado (1+2)	1.657,3	1.578,3	+ 5,0	6.340,7	6.077,0	+ 4,3
3.1 Compensada GD II/III	63,0	31,9	+ 97,5	188,5	79,9	+ 135,9
3.2 Mercado - Compensada GD II/III (3-3.1)	1.594,2	1.546,4	+ 3,1	6.152,2	5.997,1	+ 2,6
4 Fornecedor Não Faturado	21,7	36,7	- 41,0	4,3	13,5	- 68,0
5 Mercado + Fornecedor Não Faturado (3+4)	1.679,0	1.614,4	+ 4,0	6.345,0	6.090,6	+ 4,2
5.1 Mercado - Compensada GD II/III + fornecimento não faturado (3.2+4)	1.615,9	1.582,5	+ 2,1	6.156,5	6.010,7	+ 2,4

Notas: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE. A Companhia encerrou esse trimestre com 1.923.579 unidades consumidoras cativas, número 3,1% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior e com 737 consumidores livres, apresentando um crescimento de 46,2%. Informações adicionais estão disponíveis no Boletim de Mercado (clique aqui) ou no site de Relações com Investidores: https://ri.energisa.com.br/

3.2 Perdas de energia elétrica ("perdas")

O comportamento das perdas de energia da Companhia foi o seguinte:

Últimos 12 meses								
Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)		
dez/24	set/25	dez/25	dez/24	set/25	dez/25	dez/24	set/25	dez/25
8,37	8,41	8,39	3,83	3,64	3,59	12,20	12,05	11,98
								12,97

3.3 Gestão da Inadimplência

3.3.1 Taxa de Inadimplência A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPE-CLD") e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/25	dez/24	Variação em p.p.
0,68	0,74	- 0,06

3.3.2 Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre o faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/25	dez/24	Variação em p.p.
98,17	98,14	+ 0,03

3.4 Indicadores de qualidade dos serviços – DEC e FEC

Abaixo, os resultados de DEC e FEC no trimestre:

DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
dez/25	dez/24	Var.(%)	dez/25	dez/24	Var.(%)		
9,40	9,72	- 3,3	3,61	3,76	- 4,0	12,63	6,91

Notas: Os dados apresentados são obtidos a partir das bases de dados da ANEEL e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador. A ANEEL, por meio do ofício nº44/2022 em 3 de novembro de 2022, definiu que as empresas de distribuição de energia elétrica devem alcançar um mínimo de 80% dos conjuntos dentro dos limites regulatórios do DEC e do FEC entre 2023 e 2026. Para isso, estabeleceu metas anuais para cada concessionária, aumentando gradualmente o percentual mínimo aceitável. A Companhia já está cumprindo os percentuais previstos pelo regulador.

4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Valores em R\$ milhões						
1 Custos e despesas não controláveis	505,2	504,0	+ 0,3	1.927,5	1.725,0	+ 11,7
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	400,1	434,0	- 7,8	1.522,2	1.427,0	+ 6,7
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	105,2	69,9	+ 50,4	405,3	298,0	+ 36,0
2 Custos e despesas controláveis	92,3	105,9	- 12,8	428,7	411,1	+ 4,3
2.1 PMSO	93,9	97,8	- 4,0	397,6	376,6	+ 5,6
2.1.1 Pessoal, administradores e benefício pós-emprego	38,1	39,5	- 3,5	182,3	167,1	+ 9,1
2.1.2 Material	7,4	8,3	- 10,3	33,9	32,0	+ 6,0
2.1.3 Serviços de terceiros	40,3	42,0	- 4,1	154,3	153,8	+ 0,4
2.1.4 Outras	8,0	7,9	+ 0,8	27,1	23,7	+ 14,1
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	-	-	-	0,0	0,0	+ 321,8
✓ Outros	8,0	7,9	+ 0,8	27,0	23,7	+ 14,0
2.2 Provisões/Reversões	(1,6)	8,1	-	31,1	34,5	- 9,6
2.2.1 Contingências	(2,6)	2,2	-	5,1	8,1	- 36,2
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	1,1	6,0	- 82,1	26,0	26,4	- 1,5
3 Demais receitas/despesas	67,6	41,8	+ 61,6	194,8	154,6	+ 26,0
3.1 Amortização e depreciação	41,7	36,5	+ 14,4	161,0	139,1	+ 15,8
3.2 Outras receitas/despesas	25,9	5,4	+ 381,1	33,9	15,5	+ 117,9
Total custos e despesas operacionais (1+2+3)	665,2	651,7	+ 2,1	2.551,1	2.290,6	+ 11,4
Custo de construção de infraestrutura ⁽¹⁾	81,0	132,2	- 38,7	354,4	446,9	- 20,7
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)	746,1	783,9	- 4,8	2.905,5	2.737,6	+ 6,1

⁽¹⁾ Os custos de construção de infraestrutura estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

Complementarmente, o Programa Energisa Cultural, lançado em 2022, apoia projetos culturais em diferentes estados do país, por meio de mecanismos de incentivo fiscal. O Programa opera com fluxo contínuo de inscrição e compõe o portfólio estruturado de investimentos culturais do Grupo, em linha com sua estratégia de sustentabilidade e compromisso de longo prazo com o desenvolvimento regional.

Sustentabilidade na cadeia de fornecedores

Em 2025, a Energisa concentrou seus esforços em sustentabilidade na gestão da cadeia de fornecedores, reforçando o compromisso com as práticas ambientais, sociais e de governança (ASG) e reconhecendo a responsabilidade compartilhada quanto à adoção de padrões sustentáveis por seus parceiros. Nesse contexto, teve continuidade o Programa Sinergia, voltado ao desenvolvimento dos fornecedores do Grupo Energisa. A iniciativa contempla avaliações de gestão e a disseminação de práticas e referenciais reconhecidos internacionalmente, com o objetivo de aprimorar os padrões de materiais e serviços contratados. Além de contribuir para a mitigação de riscos na cadeia de suprimentos, o programa estimula a evolução contínua dos processos e da governança dos parceiros. A Companhia mantém monitoramento sistemático de seus fornecedores, incentivando a adoção de melhorias estruturais em seus processos produtivos, em conformidade com os princípios ASG, a Política de Sustentabilidade e o Código de Ética do Grupo Energisa, priorizando relações comerciais com parceiros alinhados às melhores práticas de mercado. Adicionalmente, o material orientativo utilizado nas avaliações e no Programa de Desenvolvimento Assistido foi revisado ao longo do período, assegurando maior aderência às diretrizes e recomendações ASG.

9. EVENTOS SUBSEQUENTES

9.1 Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu para as controladas distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde a ser aplicada para os meses de janeiro e fevereiro de 2026, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

9.2 Emissão de debêntures

Em 10 de março de 2026, a controlada EPB, efetuou a 18ª emissão de debêntures incentivadas no montante de R\$ 250,0 milhões em duas séries, sendo (i) 1ª série com vencimento em 15 de fevereiro de 2036 e remuneração de IPCA + 6,67% a.a.; (ii) a 2ª série com vencimento em 15 de fevereiro de 2041 e remuneração de IPCA + 6,55% a.a..

9.3 Dividendos do exercício de 2025

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 12 de março de 2026, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2025, no montante de R\$161,0 milhões, equivalentes a R\$153,73890197415 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados à partir do dia 13 de março de 2026, com base na posição acionária da Companhia em 12 de março de 2026, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

A Administração

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2025

1 - Base de cálculo							2025			2024		
Receita líquida (RL)							3.644.041			3.415.007		
Resultado operacional (RO)							610.490			597.566		
Folha de pagamento bruta (FPB)							159.472			145.638		
2 - Indicadores sociais internos							Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação							29.893	18,74%	0,82%	30.039	20,63%	0,88%
Encargos sociais compulsórios							21.768	13,65%	0,60%	19.553	13,43%	0,57%
Previdência privada							1.813	1,14%	0,05%	1.931	1,33%	0,06%
Saúde							17.025	10,68%	0,47%	1.382	0,95%	0,04%
Segurança e saúde no trabalho							7.210	4,52%	0,20%	7.976	5,48%	0,23%
Educação							-	0,00%	0,00%	178	0,12%	0,01%
Cultura							-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional							2.599	1,63%	0,07%	563	0,39%	0,02%
Creches ou auxílio-creche							525	0,33%	0,01%	525	0,36%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados							28.656	17,97%	0,79%	25.890	17,78%	0,76%
Outros							6.491	4,07%	0,18%	7.049	4,84%	0,21%
Total - Indicadores sociais internos							115.980	72,73%	3,19%	95.086	65,31%	2,80%
3 - Indicadores sociais externos							Valor	%sobreRO	%sobreRL	Valor	%sobreRO	%sobreRL
Educação							488	0,08%	0,01%	835	0,14%	0,02%
Cultura							1.113	0,18%	0,03%	1.858	0,31%	0,05%
Saúde e saneamento							-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte							240	0,04%	0,01%	-	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar							-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros							760	0,12%	0,02%	748	0,13%	0,02%
Total das contribuições para a sociedade							2.601	0,42%	0,07%	3.441	0,58%	0,09%
Tributos (excluídos encargos sociais)							1.378.304	225,77%	37,82%	929.822	155,60%	27,23%
Total - Indicadores sociais externos							1.380.905	226,19%	37,89%	933.263	156,18%	27,32%
4 - Indicadores ambientais							Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa							389	0,06%	0,01%	120.765	20,21%	3,54%
Investimentos em programas e/ou projetos externos							31	0,01%	0,00%	6.508	1,09%	0,19%
Total dos investimentos em meio ambiente							420	0,07%	0,01%	127.273	21,30%	3,73%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa							() não possui metas			() não possui metas		
							() cumpre de 51 a 75%			() cumpre de 51 a 75%		
							() cumpre de 0 a 50%			() cumpre de 0 a 50%		
							(x) cumpre de 76 a 100%			(x) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional							2025			2024		
Nº de empregados(as) ao final do período							2.412			2.336		
Nº de admissões durante o período							441			405		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)							1.781			2.057		
Nº de estagiários(as)							64			56		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos							459			326		
Nº de mulheres que trabalham na empresa							369			350		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres							25,00%			24,10%		
5 - Indicadores do corpo funcional							2025			2024		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa							1.331			1.254		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)							38,80%			39,76%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais							113			110		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial							2025			Metas 2026		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa							54,1			54,1		
Número total de acidentes de trabalho							16			9		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:							() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados (as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:							(X) direção e gerências	() todos(as) empregados (as)	(X) todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados (as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:							() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:							(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:							(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:							() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão considerados	() não serão sugeridos	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:							() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):							na empresa 297.038	no Procon 911	na Justiça 3.296	na empresa 297.038	no Procon 827	na Justiça 1.336
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:							na empresa 100,68%	no Procon 95%	na Justiça 34%	na empresa 98,70%	no Procon 95%	na Justiça 37%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):							Em 2025: 2.407.571			Em 2024: 2.152.547		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):							58% governo 19% acionistas 6% colaboradores(as) 12% terceiros 4% retido			57% governo 20% acionistas 6% colaboradores(as) 10% terceiros 6% retido		
7 - Outras Informações							2025			2024		
7) Investimentos sociais							-			-		
7.1 - Programa Luz para Todos							-			-		
7.1.1 - Investimento da União							272			-		
7.1.2 - Investimento do Estado							-			-		
7.1.3 - Investimento do Município							-			-		
7.1.4 - Investimento da Concessionária							68			-		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)							340			-		
7.2 - Programa de eficiência Energética							9.495			8.592		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento							10.941			3.680		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)							20.436			12.272		

(Em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025

	Nota	2025	2024	
Ativo				Passivo
Circulante				Circulante
Caixa e equivalente de caixa	5.1	113.406	81.391	Fornecedores
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	684.201	359.256	Encargos de dívidas
Clientes, consumidores, concessionárias e outros	6	474.298	410.183	Empréstimos e financiamentos
Estoques		11.998	10.654	Débitos
Tributos a Recuperar	7	124.048	88.188	Dividendos e JCP a Pagar
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	30	10.355	8.492	Impostos e contribuições sociais
Despesas antecipadas	9	15.690	10.232	Encargos setoriais
Ativos financeiros setoriais	9	28.675		Obrigações estimadas
Outros créditos	10	169.505	99.023	Passivos financeiros setoriais
Total do circulante		1.632.176	1.067.419	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos
Não circulante				Contribuição de iluminação pública
Realizável a longo prazo				Benefícios pós-emprego
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	-	-	Arrendamentos operacionais
Clientes, consumidores e concessionárias	6	35.439	52.176	Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do P
Tributos a recuperar	7	307.039	307.690	Outros passivos
Créditos tributários	12	-	-	Total do circulante
Cauções e depósitos vinculados	23	52.032	53.371	Não circulante
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	30	33.642	74.305	Fornecedores
Ativos financeiros setoriais	9	54.662	-	Empréstimos e financiamentos
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	2.265.391	1.867.549	Débitos
Outros créditos	10	1.350	30.134	Impostos e contribuições sociais
		2.749.555	2.385.225	Impostos e contribuições sociais diferido
Ativo de contrato - infraestrutura em construção	14	90.167	150.841	Provisões para riscos trabalhistas, civis e fiscais
Investimentos		277	287	Encargos setoriais
Imobilizado	15	30.466	32.241	Passivos financeiros setoriais
Intangível	16	797.256	839.102	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos
Total do não circulante		3.667.721	3.407.696	Benefícios pós-emprego
Total do ativo		5.299.897	4.475.115	



>>>



A natureza dos tributos diferidos são como segue:

	2025		2024	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - PPECLD	105.663	35.925	97.200	33.259
Provisão para ajustes atuariais	95.405	32.438	102.305	34.784
Créditos fiscais - ágio	72.522	24.657	85.866	29.194
Outras provisões (honorários advocatícios e outras)	33.367	11.345	34.902	11.867
Marcação a mercado - derivativos	24.393	8.294	(10.173)	(3.459)
Ajuste a valor presente (AVP)	20.428	6.946	13.878	4.719
Provisão para contingências judiciais e administrativas	10.402	3.537	15.072	5.124
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações	(520.848)	(177.088)	(439.003)	(149.261)
Provisão para IRPJ e CSLL sobre encargos capitalizados	(27.193)	(9.246)	(24.052)	(8.178)
Marcação a mercado - dívida	(23.758)	(8.078)	(56.486)	(19.205)
Outras diferenças temporárias	2.422	823	(18.704)	(6.359)
Total líquido - passivo não circulante	(207.197)	(70.447)	(198.575)	(67.515)

Exercícios	Realização dos créditos fiscais
2026	11.637
2027	11.547
2028	10.000
2029	9.306
2030	11.913
2031 a 2033	39.440
Após 2033	30.122
Total	123.965

2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	610.490
Alíquotas fiscal combinada nominal	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social calculadas às alíquotas fiscais nominais	(207.567)
Ajustes:	
Incentivos fiscal – Redução 75% IRPJ e adicionais e Depósito para reinvestimento (SUDENE) ⁽¹⁾	100.458
Incentivos fiscal – Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽²⁾	5.998
Incentivo fiscal – Outorga	11.262
Juros Selic sobre inadimplências tributárias ⁽⁶⁾	4.514
Reconhecimento de inadimplências tributárias e outros ⁽⁶⁾	39.972
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa etc.)	(361)
Outros ajustes ⁽⁵⁾	(1.873)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro Líquido	(47.597)
Alíquota efetiva	7,80%

Alíquota efetiva

em maio de 2020 a Companhia obteve aprovação junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional/Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) do seu pedido de benefício fiscal para o período de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2029, através do Laudo Constitutivo 0020/2020, expedido em 25 de maio de 2020, Ofício nº 1150/2020/SIBF/SUDENE, emitido em 25 de maio de 2020, bem como o reconhecimento pela Receita Federal do Brasil, através do Ato Declaratório Executivo nº 1.086 de 16 de outubro de 2020, que consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração. Ademais, em virtude da incorporação da Energisa Borborema pela sociedade Energisa Paraíba, ocorrida em 30 de abril de 2023, a SUDENE, através de sua Diretoria de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atracção de Investimentos, em sessão realizada em 21 de dezembro de 2023, aprovou o Laudo Constitutivo nº 0413/2023, em favor da Energisa Paraíba Distribuidora de Energia S.A, referente ao enquadramento do benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração, em função da transferência do benefício fiscal anteriormente concedido à empresa ENERGISA BORBOREMA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. O prazo de fruição ao direito do benefício fiscal objeto do laudo nº 0413/2023, corresponderá ao período residual do benefício anteriormente reconhecido através do Laudo Constitutivo nº 0122/2019, em favor da sociedade incorporada Energia Borborema, emitido em 27 de novembro de 2019, sendo reconhecido pela Receita Federal do Brasil, através do Ato Declaratório Executivo nº 024193401 de 04 de março de 2024. Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE apurados no período, foram registrados diretamente na demonstração de resultado do exercício na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. ⁽²⁾ Referem-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005. ⁽³⁾ Inclui outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006. Em 2025 incluí os efeitos do incentivo fiscal do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), cuja dedução em dobro está prevista no art. 1º da Lei nº 6.321/1976, observado o limite de 4% do IRPJ devido, conforme art. 6º, I, da Lei nº 9.532/1997, em consonância com os entendimentos consolidados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional nos Pareceres SEI nº 268/2023/ME e nº 1.506/2024/ME. ⁽⁴⁾ Reconhecimento do crédito de IRPJ e da CSLL sobre juros Selic sobre inadimplências tributárias: a Companhia, até o ano-calendário de 2023, optou pelo não reconhecimento do crédito fiscal (Ativo) de IRPJ e da CSLL incidente sobre os juros de mora (Selic) recuperados em face de inadimplências tributárias - caracterizados como "indenizatórios", por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. Porém, a partir do ano-calendário de 2024, a Companhia reavaliou sua posição conjuntamente com os seus assessores jurídicos tributários, tendo em vista a publicação da Solução de Consulta COSIT nº 308/2023, na qual a própria Receita Federal do Brasil – RFB entendeu o direito das concessionárias/permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica reconhecer o crédito de IRPJ e CSLL, observado o limite de 20% da folha, nos termos do art. 11 da Lei nº 9.532/1997. ⁽⁵⁾ Outros ajustes: inclui benefício pós-emprego de IRPJ e da CSLL advindos juros de mora (Selic) incidentes sobre inadimplências tributárias caracterizados como "indenizatórios", por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. ⁽⁶⁾ Pat em dobro/Custo de Debêntures/Benefício pós-emprego (unificado): Inclui créditos tributários de exercícios anteriores utilizados pela Companhia no período, bem como os efeitos do incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), com dedução em dobro prevista no art. 1º da Lei nº 6.321/1976, observado o limite de 4% do IRPJ devido, conforme art. 6º, I, da Lei nº 9.532/1997, bem como a adequação do tratamento fiscal dos custos de emissão de debêntures, nos termos do art. 38-B do Decreto-Lei nº 1.598/1977. Inclui, ainda, efeitos relacionados aos benefícios pós-emprego, cujas provisões atuariais não são dedutíveis até sua realização financeira, gerando diferenças temporárias e respectivos impostos diferidos, sendo as diferenças efetivamente pagas aos planos, inclusive para equacionamento de déficit atuarial, quando formalizado por contrato de confissão de dívida, dedutíveis para fins de IRPJ e CSLL, observado o limite de 20% da folha, nos termos do art. 11 da Lei nº 9.532/1997.

13. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL DA CONCESSÃO

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPCO 01 - (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o exercício e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e a ANEL. A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão, foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$83.238 (R\$77.608 em 2024). Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023 – não circulante	1.867.549	1.505.830
Adições no exercício ⁽¹⁾	321.885	286.945
Baixas no exercício	(7.281)	(2.834)
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	83.238	77.608
Saldos em 2025 e 2024 – não circulante	2.265.391	1.867.549

⁽¹⁾ Referem-se a transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção; ⁽²⁾ Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

14. ATIVO CONTRATUAL – INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

	Saldos em 2024	Adições	Transferências	Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Outros ⁽³⁾	Saldos em 2025
Ativo contratual - infraestrutura em construção	183.166	402.915	(109.475)	(346.131)	683	131.158	
Em construção	32.325	39.760	(6.848)	(24.246)	-	40.991	
(+) Obrigações vinculadas à concessão	150.841	363.155	(102.627)	(321.885)	683	90.167	
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	183.166	402.915	(109.475)	(346.131)	683	131.158	
Em construção	32.325	39.760	(6.848)	(24.246)	-	40.991	
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	150.841	363.155	(102.627)	(321.885)	683	90.167	
Ativo contratual - infraestrutura em construção	183.166	402.915	(109.475)	(346.131)	683	131.158	
Em construção	32.325	39.760	(6.848)	(24.246)	-	40.991	
(+) Obrigações vinculadas à concessão	150.841	363.155	(102.627)	(321.885)	683	90.167	
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	150.841	363.155	(102.627)	(321.885)	683	90.167	
Em construção	32.325	39.760	(6.848)	(24.246)	-	40.991	
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	150.841	363.155	(102.627)	(321.885)	683	90.167	
Ativo contratual - infraestrutura em construção	183.166	402.915	(109.475)	(346.131)	683	131.158	
Em construção	32.325	39.760	(6.848)	(24.246)	-	40.991	
(+) Obrigações vinculadas à concessão	150.841	363.155	(102.627)	(321.885)	683	90.167	
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	150.841	363.155	(102.627)	(321.885)	683	90.167	
Em construção	32.325	39.760	(6.848)	(24.246)	-	40.991	
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	150.841	363.155	(102.627)	(321.885)	683	90.167	

⁽¹⁾ O montante de R\$102.627 (R\$151.237 em 2024) foi transferido para o Intangível – contrato de concessão, enquanto o montante de R\$683 (R\$66 negativo em 2024) foi reclassificado do imobilizado. ⁽²⁾ O montante de R\$321.885 (R\$286.945 em 2024) foi transferido para o Ativo financeiro indenizável da concessão.

15. IMOBILIZADO

	Taxa média de depreciação	Saldos em 2024	Adições	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	Depreciação	Saldos em 2025
Imobilizado em serviço							
Custo							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	7.117	-	696	-	-	7.813
Máquinas e equipamentos	13,68%	52.763	-	4.075	(1.090)	-	55.748
Veículos	14,29%	1.928	-	147	-	-	2.075
Móveis e utensílios	6,25%	15.230	-	193	-	-	15.423
Total do imobilizado em serviço		77.038	-	5.111	(1.090)	-	81.059
Depreciação acumulada							
Edificações, obras civis e benfeitorias		(755)	-	-	-	(243)	(998)
Máquinas e equipamentos		(32.970)	-	-	530	(4.147)	(36.587)
Veículos		(456)	-	-	-	(281)	(737)
Móveis e utensílios		(12.630)	-	-	-	(371)	(13.001)
Total da depreciação acumulada		(46.811)	-	-	530	(5.042)	(51.323)
Subtotal do imobilizado		30.227	-	5.111	(560)	(5.042)	29.736
Imobilizado em curso		2.014	5.310	(6.594)	-	-	730
Total do imobilizado		32.241	5.310	(1.483)	(560)	(5.042)	30.466

	Taxa média de depreciação	Saldos em 2024	Adições	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	Depreciação	Saldos em 2024
Imobilizado em serviço							
Custo							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	6.386	-	731	-	-	7.117
Máquinas e equipamentos	14,02%	42.510	-	10.253	-	-	52.763
Veículos	14,29%	1.929	-	254	(255)	-	1.928
Móveis e utensílios	6,13%	14.968	-	262	-	-	15.230
Total do imobilizado em serviço		65.793	-	11.500	(255)	-	77.038
Depreciação acumulada							
Edificações, obras civis e benfeitorias		(525)	-	-	-	(230)	(755)
Máquinas e equipamentos		(29.309)	-	-	139	(3.611)	(32.970)
Veículos		(331)	-	-	-	(456)	(787)
Móveis e utensílios		(12.236)	-	-	-	(394)	(12.630)
Total da depreciação acumulada		(42.401)	-	-	139	(4.549)	(46.811)
Subtotal do imobilizado		23.392	-	11.500	(116)	(4.549)	30.227
Imobilizado em curso		8.441	4.904	(11.331)	-	-	2.014
Total do imobilizado		31.833	4.904	169	(116)	(4.549)	32.241

⁽¹⁾ Do montante negativo de R\$1.483 (R\$169 em 2024), R\$683 refere-se a reclassificações para o Ativo contratual – infraestrutura em construção e o montante de R\$800 foi reclassificado para o Intangível – software.

16. INTANGÍVEL

	2025	2024
Intangível – contrato de concessão	733.222	780.193
Intangível – direito de uso	4.434	4.469
Intangível – software	59.600	54.440
Total	797.256	839.102

16.1. Intangível – contrato de concessão

	Taxa média de amortização	Saldos em 2024	Adições ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldos em 2025
Intangível em serviço						
Custo	4,20%	2.268.188	109.475	(32.567)	-	2.345.096
Amortização acumulada		(1.394.166)	(152)	28.031	(161.571)	(1.527.858)
Total do intangível		874.022	109.323	(4.536)	(161.571)	817.238
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,88%	296.996	6.848	-	-	303.844
Amortização acumulada		(203.167)	(152)	-	(16.509)	(219.828)
Total das obrigações vinculadas à concessão		93.829	6.696	-	(16.509)	84.016
Total do intangível - contrato de concessão		780.193	102.627	(4.536)	(145.062)	733.222
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,83%	292.331	4.665	-	-	296.996
Amortização acumulada		(187.856)	-	-	(15.311)	(203.167)
Total das obrigações vinculadas à concessão		104.475	4.665	-	(15.311)	93.829
Total do intangível - contrato de concessão		755.693	151.237	(3.456)	(123.281)	780.193

⁽¹⁾ O montante de R\$102.627 (R\$151.237 em 2024) são transferências originadas do ativo contratual. ⁽²⁾ O montante de R\$4.536 (R\$3.456 em 2024) refere-se às baixas realizadas no exercício, contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. ⁽³⁾ A Companhia reconhece no exercício, créditos de PIS e COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$3.889 (R\$2.916 em 2024).

Obrigações vinculadas à concessão: Os saldos do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas à concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	2025	2024
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	237.856	195.592
Participação da União, Estados e Municípios ⁽²⁾	239.377	241.879
Reserva para reversão	24.981	24.981
Recursos de Ultrapasagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	(219.828)	(203.167)
(-) Amortização acumulada	282.387	259.288
Total	157.380	133.134
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	40.991	32.325
Ativo contratual - infraestrutura em construção	84.016	93.829
Intangível - contrato de concessão	282.387	259.288

⁽¹⁾ As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, bem como, valores aplicados em Programas de Eficiência Energética - PEE e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados à concessão. ⁽²⁾ Inclui a participação da União, com recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE destinados ao Programa Luz para Todos e a participação do Governo do Estado. ⁽³⁾ A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5% a.a. pagos mensalmente.

ENERGISA PARAÍBA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 09.095.183/0001-40

16.2. Intangível – direito de uso: Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação da norma contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com a vida útil definida em cada contrato.

	Taxa média de amortização	Saldos em 2024	Adição	Baixas	Amortização	Saldos em 2025
Intangível - direito de uso						
Custo	11,75%	13.308	1.743	(202)	-	14.849
Amortização acumulada		(8.839)	-	169	(1.745)	(10.415)
Total do intangível - direito de uso		4.469	1.743	(33)	(1.745)	4.434
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo						
Amortização acumulada						
Total do intangível - direito de uso		4.469	1.743	(33)	(1.745)	4.434

	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Adição	Amortização	Saldos em 2024
Intangível - direito de uso					
Custo	13,46%	8.237	5.071	-	13.308
Amortização acumulada		(7.048)	-	(1.791)	(8.839)
Total do intangível - direito de uso		1.189	5.071	(1.791)	4.469

	Taxa média de depreciação	Saldos em 2024	Adições	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	Amortização	Saldos em 2025
Intangível - software							
Custo	20,00%	135.457	-	17.461	(2.697)	-	150.221
Amortização acumulada		(98.917)	-	989	(13.014)	-	(110.942)
Em curso		17.900	19.082	(16.661)	-	-	20.321
Total do intangível - software		54.440	19.082	800	(1.708)	(13.014)	59.600
(-) Obrigações vinculadas à concessão							
Custo							
Amortização acumulada							
Total do intangível - software		54.440	19.082	800	(1.708)	(13.014)	59.600

⁽¹⁾ O montante de R\$800 (R\$103 negativo em 2024) foi reclassificado do imobilizado.

17. FORNECEDORES

	2025	2024
Compra de energia elétrica ⁽¹⁾	166.268	175.653
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ⁽²⁾	48.959	14.961
Encargos do Uso da Rede Elétrica ⁽³⁾	1.274	1.511
Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS ⁽¹⁾	26.920	23.121
Encargos do serviço de sistema - ESS ⁽¹⁾	1.433	5.633
Encargos de conexão ⁽¹⁾	1.745	1.406
Materiais, serviços e outros ⁽⁴⁾	64.347	94.577
Total	310.946	316.886
Circulante	293.409	299.373



PUBLICIDADE LEGAL DIGITAL

A UNIÃO – João Pessoa, Paraíba - QUINTA-FEIRA, 26 de março de 2026

>>>



ENERGISA PARAIBA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 09.095.183/0001-40

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		113.406	113.406	81.391	81.391
Consumidores e concessionárias		509.737	509.737	462.359	462.359
		623.143	623.143	543.750	543.750

Valor justo por meio do resultado

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	684.201	684.201	359.256	359.256
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	2.265.391	2.265.391	1.867.549	1.867.549
Instrumentos financeiros derivativos	2	43.997	43.997	82.797	82.797
		2.993.589	2.993.589	2.309.602	2.309.602

PASSIVO	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Fornecedores		310.946	310.946	316.881	316.881
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		971.129	976.282	697.901	707.115
Arendamentos operacionais		5.623	5.623	5.443	5.443
Passivos financeiros setoriais		221.452	221.452	312.639	312.639
		1.509.650	1.514.303	1.332.864	1.342.078

Valor justo por meio do resultado

Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívida	2	1.543.880	1.543.880	933.283	933.283
Instrumentos financeiros derivativos	2	68.390	68.390	72.624	72.624
		1.612.270	1.612.270	1.005.907	1.005.907

30.2. Categoria dos instrumentos financeiros: Hedge Accounting: A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo *swap* (instrumento de *hedge*) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como *hedge accounting*. Essas operações, assim como as dívidas (objeto do *hedge*) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de *hedge* de valor justo. Em tais designações de *hedge* a Companhia documentou: (i) a relação de *hedge* (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de *hedge*; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do *hedge*. Os contratos de *swap* são designados e efetivos como *hedge* de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o *hedge* foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como *hedge* foi impactado no exercício em R\$28.366 (R\$64.024 em 2024) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado. **Fair Value Option:** A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas no exercício para as quais possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (*Fair Value Option*) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 2025, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia. Em 2025 o valor contábil das dívidas designadas como *Fair Value Option* foi impactado em R\$4.362 devedor (R\$3.786 devedor em 2024) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swaps* de taxa de juros era reconhecido no resultado. **30.3. Gerenciamento dos riscos: Administração financeira de risco:** O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível no web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia. O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, usando menores riscos e melhor resultado financeiro. **a) Risco de capital:** O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	2025	2024
Dívida ⁽¹⁾	2.515.509	1.631.184
Caixa e equivalentes de caixa	(113.406)	(81.391)
Dívida líquida	2.402.103	1.549.793
Patrimônio líquido	1.760.356	1.668.501
Índice de endividamento líquido	1,36	0,93

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18 e 19. **b) Risco de liquidez:** A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas operações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamento de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia. As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estendidos até os vencimentos contratuais originais e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	De 6 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	293.409			17.537	310.946
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	14,22%	168.460	600.081	431.241	1.102.617
Instrumentos Financeiros Derivativos		20.903	1.678	7.097	(28.095)
					22.810
					24.393
Total		482.772	601.759	438.338	1.074.522

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão na caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas fixadas e de bandeiras tarifárias. Essas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia. **c) Risco de crédito:** A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" do Grupo Energisa. O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes. O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura. Os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serem incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras, são como segue:

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	5,1	113.406	81.391
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5,2	684.201	359.256
Consumidores e concessionárias		509.737	462.359
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	2.265.391	1.867.549
Instrumentos financeiros derivativos	30	43.997	82.797

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio: As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional, mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e empréstimos bancários, denominados em real e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações. O montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 2025, excluídos os efeitos dos custos com captação de R\$2.524.023 (R\$1.653.096 em 2024), onde R\$24.559 (R\$415.928 em 2024) estão representados em moeda estrangeira conforme notas explicativas nº 18 e nº 19. Para os contratos suscetíveis às variações de moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, a taxa de câmbio encerro o exercício de 2025 com redução de 11,14% sobre 2024, cotado a R\$5,5024/USD (R\$6,1923/USD em 2024). A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 2025 era de 10,12%, enquanto em 2024 foi de 14,51%. O balanço patrimonial da Companhia apresenta os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e às taxas de juros, que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	2025	2024
Ativo circulante	10.355	8.492
Ativo não circulante	33.642	74.305
Total do ativo	43.997	82.797
Passivo circulante	32.936	30.968
Passivo não circulante	35.454	41.656
Total do passivo	68.390	72.624

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados a moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. Essas proteções estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (moeda estrangeira)	Custo financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta ativa	passiva		
Resolução 4131 – Scotiabank	3.849	USD + 6,31% CDI	+ 1,57%	09/03/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 – Santander	30.388	USD + 6,35% CDI	+ 1,25%	23/07/2026	Fair Value Option (SOFR + 0,93%)
Resolução 4131 – Citibank	22.540	x 117,647% CDI	+ 1,25%	23/07/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 – Bank of America	36.456	USD + 5,2471% CDI	+ 0,45%	10/09/2026	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de *swap* de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao *notional* de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de *swap* de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta ativa	Ponta passiva		
J.P. Morgan	4.035	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú	49.924	IPCA + 5,11%	CDI + 0,25%	15/10/2026	Não Designada
J.P. Morgan	54.634	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/2031	Fair Value Hedge
BR Partners	63.000	IPCA + 6,0123%	CDI + 0,755%	15/01/2030	Fair Value Hedge
XP	115.293	IPCA + 6,1581%	CDI + 0,15%	15/04/2031	Fair Value Hedge
Bradesco	194.228	IPCA + 6,4048%	CDI + 0,44%	15/04/2039	Fair Value Hedge
Bradesco	297.000	IPCA + 7,2318%	CDI + 0,25%	15/10/2035	Fair Value Hedge
Bradesco	198.000	IPCA + 7,1146%	CDI + 0,19%	15/10/2040	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40 (IFRS 07), apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia relacionadas ao risco com variação cambial, cujos valores foram contabilizados como *Fair Value Option*, vigentes em 2025 e 2024:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Dívida designada para Fair Value Option	515.661	365.661	Moeda estrangeira - USD	(524.609)	(415.944)

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Dívida designada para Fair Value Option	515.661	365.661	Moeda estrangeira - USD	524.609	415.944

Swap cambial (Derivativo)	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Dívida designada para Fair Value Option	515.661	365.661	Taxa de juros CDI	(546.606)	(381.994)

Swap cambial (Derivativo)	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Dívida designada para Fair Value Option	515.661	365.661	Taxa de juros Swap	(21.997)	33.950

Swap cambial (Derivativo)	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Dívida designada para Fair Value Option	515.661	365.661	Taxa de juros Swap	(546.606)	(381.994)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação de taxa de juros dos empréstimos como *hedge* de valor justo (*Fair value hedge*), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Dívida (Objeto de Hedge) *	941.116	473.732	Taxa Pós-Fixada	(958.319)	(407.713)

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Dívida (Objeto de Hedge) *	941.116	473.732	Taxa Pós-Fixada	1.019.529	477.050

Swap de juros (Instrumento de Hedge)	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Dívida (Objeto de Hedge) *	941.116	473.732	Taxa de Juros CDI	(1.021.925)	(500.827)

Swap de juros (Instrumento de Hedge)	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Dívida (Objeto de Hedge) *	941.116	473.732	Taxa de Juros CDI	(2.396)	(23.777)

Swap de juros (Instrumento de Hedge)	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Dívida (Objeto de Hedge) *	941.116	473.732	Taxa de Juros CDI	(1.021.925)	(500.827)

Swap de juros (Instrumento de Hedge)	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Dívida (Objeto de Hedge) *	941.116	473.732	Taxa de Juros CDI	(2.396)	(23.777)

Swap de juros (Instrumento de Hedge)	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Dívida (Objeto de Hedge) *	941.116	473.732	Taxa de Juros CDI	(1.021.925)	(500.827)

Swap de juros (Instrumento de Hedge)	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Dívida (Objeto de Hedge) *	941.116	473.732	Taxa de Juros CDI	(2.396)	(23.777)

Swap de juros (Instrumento de Hedge)	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Dívida (Objeto de Hedge) *	941.116	473.732	Taxa de Juros CDI	(1.021.925)	(500.827)

Swap de juros (Instrumento de Hedge)	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Dívida (Objeto de Hedge) *	941.116	473.732	Taxa de Juros CDI	(2.396)	(23.777)

Swap de juros (Instrumento de Hedge)	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Dívida (Objeto de Hedge) *	941.116	473.732	Taxa de Juros CDI	(1.021.925)	(500.827)

Swap de juros (Instrumento de Hedge)	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Dívida (Objeto de Hedge) *	941.116	473.732	Taxa de Juros CDI	(2.396)	(23.777)

(*) Os empréstimos designados formalmente como "Fair Value Hedge" são reconhecidos a valor justo na data da marcação da parcela efetiva de hedge.

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 2025 e 2024 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor

justo. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros. A Marcação a Mercado (MTM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando valor presente pela taxa de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da B3 (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. **Análise de sensibilidade:** De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado: **(a) Variação cambial:** Considerando a manutenção da exposição cambial em 2025, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Deterioração de 25%)		Cenário II (Deterioração de 50%)	
Divida em moeda estrangeira	(515.661)		(489.330)	(613.900)	(738.470)	
Variação divida						
Swap cambial			26.331	(98.239)	(222.809)	
Posição ativa						
Instrumentos financeiros						
derivativos - USD		Alta				
Variação	524.609	Câmbio	498.278	622.848	747.418	
			(26.331)	98.239	222.809	



>>>



ENERGISA PARAÍBA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 09.095.183/0001-40

cionamento e Regeneração de Óleos Isolantes: A companhia realiza o recondicionamento e a regeneração de óleos isolantes usados em seus equipamentos. Isso permite que o material seja reutilizado, evitando a necessidade de descarte inadequado e minimizando o impacto ambiental. Essa prática contribui para a redução de desperdício e poluição. • Recuperação de Óleo Lubrificante Industrial: Da mesma forma, a empresa também investe na recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo que esse material seja reprocessado e reutilizado, evitando sua contaminação ambiental. • Destinação de Resíduos como Papas-lâmpada, Pilhas e Baterias: A companhia disponibiliza recipientes específicos para a coleta de resíduos como papas-lâmpada, pilhas e baterias, incentivando os colaboradores a depositarem esses materiais de forma segura. • Destinação Adequada através de Empresas Licenciadas: Após a coleta dos resíduos, a empresa faz a destinação final por meio de parcerias com empresas devidamente licenciadas e especializadas no tratamento e descarte adequado desses materiais, garantindo que todo o processo esteja em conformidade com as normas ambientais. 8. Programa de Consumo Consciente: A empresa desenvolve um programa focado na redução do consumo de água e energia, incentivando práticas mais sustentáveis entre os colaboradores e a comunidade. • Educação Baseada nos 4Rs (Repensar, Reduzir, Reutilizar e Reciclar): A conscientização sobre os 4Rs é uma parte central do programa. O objetivo é incentivar todos a repensar seus hábitos de consumo, reduzir desperdícios, reutilizar materiais sempre que possível e reciclar adequadamente os resíduos, promovendo uma abordagem mais sustentável no dia a dia. • Distribuição de Cartilhas e Palestras nas Escolas: A empresa se envolve na educação ambiental da comunidade, especialmente nas escolas, através da distribuição de cartilhas educativas e a realização de palestras. Datas comemorativas como o Dia da Água e a Semana do Meio Ambiente são aproveitadas para reforçar a importância de ações sustentáveis, com foco na conservação de recursos e na educação ambiental. • Divulgação Interna: A empresa também investe em campanhas internas de conscientização, utilizando canais como a intranet, adesivos, cartazes fixados nas instalações e protetores de tela dos computadores. Essas ações visam lembrar e engajar os colaboradores sobre a importância do consumo consciente e da sustentabilidade no ambiente de trabalho. 9. No Projeto de Reforma Civil em Subestações que consiste na construção de bacia de contenção de óleo isolante e sistema separador de água óleo, com o objetivo de mitigar a área contaminada caso ocorra vazamento de óleo nos transformadores de grande porte e instalação de proteção contra animais. 10. Nas ações da Caravana de Boas Energias no tocante as questões de meio ambiente voltado para conscientização ambiental da população com foco na distribuição de mudas, disciplinando a correta maneira de plantio e distribuição de cartilhas sobre arborização como também a realização de recuperação de APPs direcionado para o projeto Nascentes vivas em parceria com a SUDEMA. 11. No tocante a convênio firmamos acordo com a SBAU – Sociedade de Arborização urbana objetivando a disseminação socioambiental e a gestão da arborização no estado da Paraíba. 12. Na contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental, bem como informa aos parceiros e clientes sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente que visam, em suma preservar a vida. 13. Na atuação junto ao poder público municipal e estadual para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e treinamento procedimentos adequados para poda de árvores bem como o uso de redes protegidas e isoladas na construção das nossas redes. 14. Prédios de Guarabira que foram construídos com critérios voltados para questão sustentável e o Núcleo Regional Oeste, na qual recebeu o selo de Certificação Internacional LEED, em nível Prata), em face das técnicas, princípios e critérios de sustentabilidade adotados nas construções. No exercício de 2025, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$420 (R\$127 em 2024), sendo R\$ 30 (R\$121 em 2024) alocados no ativo intangível e R\$ 389 (R\$6 em 2024) em despesas operacionais. (*) informações fora do escopo dos auditores independentes.

Declaração dos Diretores da Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre as Demonstrações Financeiras do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

João Pessoa, 12 de março de 2026.

Márcio Mario Zidan
Diretor Presidente

Fernando Cezar Maia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Fábio Lancelotti
Diretor Técnico e Comercial

Giorrell de Sousa Filho
Diretor sem designação específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" PB

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Diretor de Relações com Investidores

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Declaração dos Diretores da Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

João Pessoa, 12 de março de 2026.

Márcio Mario Zidan
Diretor Presidente

Fernando Cezar Maia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Fábio Lancelotti
Diretor Técnico e Comercial

Giorrell de Sousa Filho
Diretor sem designação específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" PB

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Diretor de Relações com Investidores

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Omar Carneiro da Cunha Sobrinho Presidente	
Ricardo Perez Botelho Vice-Presidente	Gabriel Alves Pereira Junior Conselheiro
DIRETORIA EXECUTIVA	
Márcio Mario Zidan Diretor Presidente	
Maurício Perez Botelho Diretor Financeiro e de Diretor de Relações com Investidores	Fernando Cezar Maia Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia
José Marcos Chaves de Melo Diretor de Suprimentos e Logística	Fábio Lancelotti Diretor Técnico e Comercial
Daniele Araújo Salomão Castelo Diretora de Gestão de Pessoas	Giorrell de Sousa Filho Diretor sem designação específica
Rodolfo da Paixão Lima Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" PB	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. - João Pessoa - PB

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de sua operação e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida e disponibilidade da rede de energia:** Por que é um PAA: Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 25 às demonstrações financeiras, a Companhia registra mensalmente o fornecimento de energia elétrica faturada e disponibilidade da rede de energia por meio da emissão das faturas de contas de energia elétrica, conforme prevê o calendário de medição, bem como a realização das contas a receber na medida em que estas são arrecadadas. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao grande volume e pulverização das transações que ocorrem mensalmente, tendo relevância significativa para as operações e a dependência de processamentos sistêmicos complexos que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização da quantidade de energia faturada deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria sobre o registro do faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida pela Companhia incluíram, entre outros: (a) entendimento e avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes relacionados ao processo do faturamento e reconhecimento de energia elétrica; (b) envolvimento de auditores especialistas da área de Tecnologia da Informação - TI para a identificação dos sistemas relevantes utilizados no processamento da medição e faturamento da energia elétrica fornecida, interface de sistemas e controles automatizados relacionados aos fluxos relevantes do faturamento, bem como os controles internos existentes para garantir a precisão e integridade do registro do faturamento com o sistema contábil; (c) execução de teste que compreendeu desenvolver, a partir de nosso conhecimento da indústria, uma expectativa independente do montante faturado e sua comparação com as receitas efetivamente reconhecidas; (d) confrontação das tarifas utilizadas nos faturamentos com aquelas aprovadas pelo Órgão Regulador do setor; (e) confronto dos montantes recebidos ao longo do exercício com o nível de perda esperada apurado pela Administração; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos que os valores contabilizados referentes ao faturamento da energia elétrica e à disponibilidade da rede de energia estão consistentes com as políticas internas e diretrizes usualmente aplicadas no setor, bem como as divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórios e ambientais:** Por que é um PAA: Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 23 às demonstrações financeiras, a Companhia possui diversos processos e/ou questionamentos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórios (dora-

vante “provisão para riscos”), cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle e deverão ser solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A Administração, em conjunto com seus advogados, precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. A partir desse julgamento, a Administração define uma provisão para os processos e/ou questionamentos, cujas perdas são consideradas prováveis. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do elevado grau de julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda, a mensuração da provisão para riscos e a elaboração das divulgações requeridas nas demonstrações financeiras. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação de controles internos relevantes sobre as provisões para riscos e divulgação dos passivos contingentes; (b) envio de confirmação independente para os advogados responsáveis pelos principais processos e/ou questionamentos em curso, em base amostral; (c) conciliação e verificação da consistência das informações existentes no relatório de inventário de processos e de riscos da Companhia com as respostas dos advogados; (d) discussões com a Administração e seus advogados sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; e (e) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificados ajustes imateriais não corrigidos, que resultaram em deficiências nos controles internos relacionadas ao reconhecimento da provisão para riscos. Em razão disso, planejamos nossos procedimentos substantivos alterando sua natureza e extensão para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitáveis os valores contabilizados de provisões para riscos e a avaliação dos passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** **Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentemente estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das de-

monstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. No parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as respectivas salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 12 de março de 2026

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4